



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

Handwritten signature and initials

176/2018

CONTRATO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS EM EQUIPAMENTOS SEMI-ENTERRADOS, TIPO MOLOK E TRANSPORTE A DESTINO FINAL, NA CIDADE DE QUARTEIRA, PELO VALOR GLOBAL DE 130.511,50€, SEM IVA INCLUÍDO

Aos vinte e sete dias do mês de Abril do ano 2018, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Maria Ricardo Correia Pinto Guerreiro, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia dezassete de Outubro de dois mil e dezassete, é celebrado o presente contrato:-----

Entre o **MUNICÍPIO DE LOULÉ**, pessoa coletiva número 502098139, com sede na Praça da República, em Loulé, representado por **VÍTOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO**, na qualidade de seu Presidente, com poderes para o ato, nos termos legais e a **ECOAMBIENTE – CONSULTORES DE ENGENHARIA, GESTÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, S.A.**, com sede em Edf. Prime, Av.^a da Quinta Grande, 53, 9.º andar, Amadora, matriculada na Conservatória do Registo Comercial com o número único de matrícula e pessoa coletiva 502877472, com o capital social de 700.400,00€ representada por **FRANCISCO JORGE DE JESUS DAMAS**, portador do cartão de cidadão número 10647332-8ZY4, emitido pela República Portuguesa e válido até 30 de janeiro de 2019, contribuinte número 210558903, o qual outorga na qualidade de Vogal e Administrador Delegado da empresa, com poderes para o ato conforme consta da certidão permanente e ata número 80 de 27 de Janeiro de 2017 do conselho de administração, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

PRIMEIRA: Por despacho do Sr. Vice-Presidente de **16 de Abril de 2018**, e na sequência do concurso público, cujo anúncio foi publicado no Diário da Republica número 59, II Série de 23 de Março de 2018 foi adjudicado à firma **ECOAMBIENTE – CONSULTORES DE ENGENHARIA, GESTÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, S.A.**, o contrato de “SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS EM EQUIPAMENTOS SEMI-ENTERRADOS, TIPO MOLOK E TRANSPORTE A DESTINO FINAL, NA CIDADE DE QUARTEIRA”, pelo valor global de 130.511,50€ (cento e trinta mil, quinhentos e onze euros e cinquenta cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme caderno de encargos e proposta do adjudicatário, e demais elementos patentes no concurso que se consideram

Handwritten mark



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

Handwritten signature and initials
2

integrados no presente contrato, tendo o encargo cabimento na rubrica orçamental
02/02.02.20.09;-----

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental n.º **2910** e os LCPA n.º **6307**, no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06;-----

SEGUNDA: O objecto do contrato consiste na prestação de serviços de recolha de resíduos urbanos (RU) em equipamentos semi-enterrados tipo molok, e transporte a destino final adequado para dois circuitos, conforme se descreve pormenorizadamente na parte II do caderno de encargos que aqui se dá como reproduzido para todos os efeitos legais e na proposta do prestador de serviços que se dá por inteiramente reproduzida; -----

TERCEIRA: O contrato vigora num período de oito meses, com início em 02 de Maio de 2018 e término a 31 de Dezembro de 2018, correspondendo a cerca de 350 jornadas de trabalho;-----

Caso até 31 de Dezembro de 2018 não se extingam as quantidades previstas de jornadas de trabalho, o contrato caducará automaticamente, sem direito ao pagamento de qualquer indemnização pelos trabalhos não efectivados ou custos associados;-----

QUARTA: A prestação de serviços terá lugar de acordo com o planeamento de serviços apresentado na parte II do caderno de encargos;-----

O prestador de serviços fica obrigado a executar todos os serviços dentro do âmbito do contrato durante o período de vigência do mesmo. O Município de Loulé não fica obrigado a contratar todas as intervenções previstas no período de vigência do contrato. A prestação de serviços terá lugar de acordo com o planeamento de serviços, aprovado pela Divisão de Salubridade e Higiene Pública (DSHP), ou de acordo com as solicitações da mesma. A Edilidade reserva-se no direito de alterar o planeamento mediante comunicação prévia ao prestador de serviços.-----

O Município de Loulé não fica obrigado a recorrer em regime de exclusividade absoluta à execução dos serviços contratados, ao prestador de serviços, embora o recurso a outros prestadores de serviço, só deva ocorrer em situações pontuais e residuais relativamente às suas necessidades, devido a circunstâncias imprevistas, ou quando não seja viável recorrer a este, em condições ou tempo útil.-----

QUINTA: O prestador de serviços obriga-se a cumprir o artigo 4º do caderno de encargos, que aqui se dá como transcrito para todos os efeitos legais;-----

Handwritten mark



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

3
António Félix
Luc

SEXTA: É obrigação da Edilidade assumir os encargos inerentes à deposição de resíduos resultantes da execução da prestação de serviços. É da responsabilidade da Câmara Municipal fornecer os consumíveis associados à recolha dos equipamentos em causa, nomeadamente os sacos de plástico descartáveis, bem como os sacos de elevação, caso seja necessário proceder à substituição destes;-----

SÉTIMA: As quantias devidas pela Entidade Adjudicante deve(m) ser paga(s) no prazo máximo de 60 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.-----

O adjudicatário apresentará mensalmente a fatura relativa aos serviços prestados no mês em causa, de acordo com os preços unitários apresentados, devidamente acompanhada do relatório mensal de execução de serviços.-----

O pagamento dos serviços efectuados apenas será processado, após a apresentação do relatório de execução de serviço, por parte do Adjudicatário, e a aprovação e validação do mesmo, pela DSHP. Serão apenas faturados os dias efetivos de trabalho, entendendo-se como dias efetivos uma jornada de trabalho completo, de acordo com o definido no ponto 1.1 da parte II do caderno de encargos. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida;-----

OITAVA: O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da entidade adjudicante;-----

NONA: O prestador de serviços será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos, causados à Edilidade e a terceiros, que resultem das atividades exercidas no âmbito do contrato. O prestador de serviços obriga-se a dispor de apólices de seguro válidas, contra acidentes de trabalho, relativamente a todo o pessoal, responsabilidade civil, contra danos provocados à entidade adjudicante ou a terceiros, bem como seguro de responsabilidade ambiental, emitido por entidade habilitada;-----

DÉCIMA: O controlo e a fiscalização dos trabalhos será efetuado de acordo com o artigo 6º do caderno de encargos;-----

DÉCIMA PRIMEIRA: A Divisão de Salubridade e Higiene Urbana tem implementado e certificado um Sistema de Gestão Integrado (SGI), cujo âmbito se aplica a todos os seus

FD



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

4
fluc

fornecedores e seus subcontratados, pelo que estes ficam obrigados a cumprir os requisitos constantes no ponto 3, parte II do caderno de encargos, que aqui se dá como reproduzido;-----

DÉCIMA SEGUNDA: Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a Edilidade pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos constantes no artigo 11 do caderno de encargos;-----

DÉCIMA TERCEIRA: Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar;-----

Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos acima referidos, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;-----

Não constituem motivos de força maior os previstos no ponto 3 do artigo 12 da Parte I – cláusulas gerais do caderno de encargos;-----

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior;-----

DÉCIMA QUARTA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Edilidade pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos: -----

a) Quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo prestador de serviços.-----

b) Nos termos das alíneas b), e), f) e j) do artigo 11º da parte I - cláusulas gerais do caderno de encargos;-----

ED



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

5

Luc

O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Edilidade;-----

DÉCIMA QUINTA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;-----

DÉCIMA SEXTA: Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.-----

DÉCIMA SÉTIMA: A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos;-----

DÉCIMA OITAVA: De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP o gestor designado com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato é Ana Carina Santos, Técnica da Divisão de Salubridade e higiene Pública;-----

DÉCIMA NONA: Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no CCP, e restante legislação aplicável. -----

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Vice-Presidente de 16 de Abril de 2018, e aceite pela representada do segundo outorgante.-----

Do presente contrato fazem parte:-----

Anexo 1 - Caderno de Encargos;-----

Anexo 2 - Convite;-----

Anexo 3 - Proposta do adjudicatário.-----

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes.-----

O PRIMEIRO OUTORGANTE,

Silvia Paula Regalado

JP



S. M. R. e. A.

CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

O SEGUNDO OUTORGANTE,

[Handwritten signature]

O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,

Paula Ricardo Correia Pinto Guerreiro